



COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS - POTIGÁS
GERÊNCIA ADMINISTRATIVA E DE SUPRIMENTOS

CONTRATO - Nº 16617652

TERMO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRODUTOS Nº 5-085-22, QUE CELEBRAM ENTRE SI A COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS (POTIGÁS) E A NEXER ENTERPRISE APPLICATIONS - SERVICOS DE SUPORTE LTDA.

A COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS (POTIGÁS), sociedade de economia mista, inscrita no CNPJ sob o nº 70.157.896/0001-00, com Sede na Avenida Prudente de Morais, nº 675, Tirol, Natal/RN (CEP 59.020-505), doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seus diretores infra-assinados, e a empresa **NEXER ENTERPRISE APPLICATIONS - SERVIÇOS DE SUPORTE LTDA**, com Sede na AL MAMORE, 687, CONJ 401 ANDAR 4 SALA 111, ALPHAVILLE CENTRO INDUSTRIAL E EMPRESARIAL/ALPHAV, BARUERI / SP, CEP 06.454-040, inscrita no CNPJ sob o nº 13.695.989/0001-47, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo seu Representante Legal infra-assinado, resolvem firmar o presente **CONTRATO**, em conformidade com o **Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da POTIGÁS**, a **Lei Federal nº 13.303**, de 30 de junho de 2016, e demais alterações posteriores, e ao estabelecido no respectivo instrumento convocatório, aos termos da proposta vencedora, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 - O presente **CONTRATO** tem por objeto o fornecimento de licenças de *software* de infraestrutura, **GRUPO 1 (Itens 1 a 8)**, conforme especificações e quantitativos constantes neste instrumento contratual e em seus anexos.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO:

2.1 - A contratação objeto deste instrumento é celebrada com base no resultado, homologação e adjudicação do **Pregão Eletrônico - PE nº 007/2022**, parte integrante do presente **CONTRATO**, independente de transcrição.

2.2 - Integram e complementam este termo de **CONTRATO**, no que não o contraria, ato convocatório, a proposta da **CONTRATADA** e demais documentos integrantes e constitutivos da licitação de que trata o item anterior.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

3.1 - Os recursos financeiros necessários ao atendimento deste **CONTRATO**, são oriundos de receita própria da **CONTRATANTE**, proveniente da venda de gás natural e estão previstos e disponíveis no orçamento do exercício de 2022, nas contas:

PO 2022 - Conta: **Investimento** - Item: **2.2.4**

PO 2022 - Conta: **Despesas e Custos Operacionais** - Item: **2.2.9.19**

4 - CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA:

4.1 - A vigência do presente **CONTRATO** é de **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da sua data de assinatura, podendo este prazo ser prorrogado, mediante termo aditivo, firmado entre as partes, condicionada esta prorrogação à avaliação dos produtos fornecidos pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE**.

5 - CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR CONTRATADO:

5.1 - O valor total do presente **CONTRATO** é de **R\$724.473,43 (Setecentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e setenta e três reais e quarenta e três centavos)**, conforme Planilha de Preços (Anexo II deste **CONTRATO**), observado o disposto na Cláusula Nona deste Instrumento.

5.1.1 - Os valores a serem pagos pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** serão aqueles resultantes da aplicação dos preços unitários constantes na Planilha de Preços.

5.2 - Na elaboração da proposta comercial pela **CONTRATADA** foram levados em conta todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais) e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, incidentes sobre a prestação dos serviços contratados, não cabendo qualquer reivindicação devido a erro nessa elaboração, para efeito de solicitar revisão de preço ou reembolso por recolhimentos determinados pela Autoridade competente.

5.3 - Os recursos financeiros necessários aos pagamentos da execução do objeto do presente **CONTRATO** estão garantidos no plano orçamentário da **CONTRATANTE**.

6 - CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE DOS PREÇOS:

6.1 - Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis, conforme estabelecidos no TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I deste **CONTRATO**).

7 - CLÁUSULA SÉTIMA – DA FORMA DE FORNECIMENTO E GARANTIA DO OBJETO:

7.1 - As condições para FORMA DE FORNECIMENTO E GARANTIA DO OBJETO estão estabelecidas TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I deste **CONTRATO**).

8 - CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

8.1 - As OBRIGAÇÕES DAS PARTES estão estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I deste **CONTRATO**).

9 - CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO:

9.1 - As CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO estão estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I deste **CONTRATO**).

10 - CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

10.1 - Poderão ocorrer alterações contratuais, por acordo entre as partes, de acordo com o disposto no **artigo 81 da Lei Federal nº 13.303/2016**, em sua atual redação.

10.1.1 - A **CONTRATADA** poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias nos quantitativos ajustados no presente **CONTRATO**, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do mesmo, em conformidade com o **artigo 81, § 1º, da Lei Federal nº 13.303/2016**.

10.1.1.1 - A **CONTRATADA** se obriga a manter os mesmos preços unitários da sua proposta original, caso ocorram alterações das quantidades contratadas.

10.1.2 - Se, durante o prazo de vigência do presente **CONTRATO**, ocorrer a criação, a alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, com comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso, conforme estabelece o **artigo 81, § 5º, da Lei Federal nº 13.303/2016** e o disposto na Matriz de Riscos.

10.1.2.1 - Ocorrendo a instituição de estímulos fiscais de qualquer natureza e isenção ou redução de tributos federais, estaduais ou municipais, que comprovadamente, venham a majorar ou diminuir os ônus das partes contratantes, serão revistos os preços a fim de adequá-los às modificações havidas, compensando-se, na primeira oportunidade, quaisquer diferenças decorrentes dessas alterações. Tratando-se, porém de instituição de estímulos fiscais, as vantagens decorrentes caberão sempre a **CONTRATANTE**.

10.1.3 - A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio **CONTRATO** e as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do **CONTRATO** e podem ser registrados por simples apostila, dispensada a celebração de aditamento, conforme estabelece o **artigo 81, § 7º, da Lei Federal nº 13.303/2016**.

10.2 - A **CONTRATADA** poderá realizar a alteração no quadro societário da empresa, desde que não haja alteração no seu Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), observado o disposto no item 15.1 da Cláusula Décima Quinta deste instrumento, no que couber.

10.3 - As alterações contratuais, devidamente justificadas e autorizadas pela **CONTRATANTE**, serão processadas mediante Termo Aditivo.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

11.1 - A inexecução total ou parcial deste **CONTRATO** poderá ensejar a sua rescisão, com as consequências cabíveis.

11.2 - Constituem motivo para rescisão deste **CONTRATO**:

I - O descumprimento de obrigações contratuais;

II - A alteração da pessoa do contratado, mediante:

a) A subcontratação parcial do seu objeto, total ou parcial, a quem não atenda às condições de habilitação e sem prévia autorização da **CONTRATANTE**, observado o **RILC**;

b) A fusão, cisão, incorporação, ou associação da **CONTRATADA** com outrem, quando deixar de atender algum dos seguintes critérios:

i) Não admitidas no instrumento convocatório e no **CONTRATO**;

ii) Não atendidas as condições de habilitação, inclusive de qualificação técnica;

iii) Quando resultar prejuízo a execução do **CONTRATO**;

iv) Quando não autorizado pela **CONTRATANTE**.

III - O desatendimento das determinações regulares do gestor ou fiscal do **CONTRATO**;

IV - O cometimento reiterado de faltas na execução contratual;

V - A dissolução da sociedade ou o falecimento da **CONTRATADA**;

VI - A decretação de falência ou a insolvência civil da **CONTRATADA**;

VII - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA**, desde que prejudique a execução do **CONTRATO**;

VIII - O atraso nos pagamentos devidos pela **CONTRATANTE** decorrentes de obras, serviços ou fornecimentos, ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à **CONTRATADA** o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

IX - A não liberação, por parte da **CONTRATANTE**, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

X - A ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução do **CONTRATO**;

XI - A não integralização da garantia de execução contratual no prazo estipulado;

XII - O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

XIII - O perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;

XIV - Ter frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público; ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

XV - Ter afastado ou procurado afastar LICITANTE, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

XVI - Ter fraudado licitação pública ou contrato dela decorrente;

XVII - Ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

XVIII - Ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;

XIX - Ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

XX - Ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização.

§ 1º As práticas passíveis de rescisão, tratadas nos incisos XIV a XX desse artigo, podem ser definidas, dentre outras, como:

a) **CORRUPTA**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação do empregado da Companhia no processo licitatório ou na execução do contrato;

b) **FRAUDULENTA**: falsificar ou omitir fatos, com o objetivo de influenciar o processo licitatório ou de execução do contrato;

c) **COLUSIVA**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais LICITANTES, com ou sem conhecimento de representantes da **POTIGÁS**, visando estabelecer preço sem níveis artificiais e não competitivos;

d) **COERCITIVA**: causar dano ou ameaçar, direta ou indiretamente, as pessoas físicas ou jurídicas, visando influenciar sua participação em processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

e) **OBSTRUTIVA**: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas ou fazer declarações falsas, com objetivo de impedir materialmente a apuração de práticas ilícitas.

§ 2º As práticas acima exemplificadas, além de acarretarem responsabilização administrativa e judicial da pessoa jurídica, implicarão na responsabilidade individual dos dirigentes das empresas contratadas e dos administradores/gestores, enquanto autores, coautores ou partícipes do ato ilícito, nos termos da Lei nº 12.846/2013.

§ 3º Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, devendo ser assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa.

11.3 - A rescisão deste CONTRATO poderá ser:

I - Por ato unilateral e escrito de qualquer das Partes;

II - Amigável, por acordo entre as Partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a **CONTRATANTE**;

III - Judicial, nos termos da legislação.

§ 1º A rescisão por ato unilateral a que se refere o inciso I deste artigo, deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada e ser enviada à outra parte com antecedência **mínima de 30 (trinta) dias**.

§ 2º Na hipótese de imprescindibilidade da execução contratual para a continuidade de serviços públicos essenciais, o prazo a que se refere o § 1º será de **90 (noventa) dias**.

§ 3º Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da outra Parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, regularmente comprovados, e no caso da **CONTRATADA** terá esta ainda direito a:

I - Devolução da garantia;

II - Pagamentos devidos pela execução do **CONTRATO** até a data da rescisão;

III - Pagamento do custo da desmobilização.

11.4 - A rescisão por ato unilateral da **CONTRATANTE** acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste **CONTRATO** e no **RILC da POTIGÁS**:

I - Assunção imediata do objeto contratado, pela **CONTRATANTE**, no estado e local em que se encontrar;

II - Execução da garantia contratual, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela **CONTRATANTE**;

III - Na hipótese de insuficiência da garantia contratual, a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à **CONTRATANTE**.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

12.1 - As SANÇÕES ADMINISTRATIVAS referentes à execução do **CONTRATO** estão estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I deste **CONTRATO**).

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DO OBJETO:

13.1 - As condições para FISCALIZAÇÃO DO OBJETO estão estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I deste **CONTRATO**).

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RENÚNCIA E NOVAÇÃO:

14.1 - As eventuais tolerâncias por parte da **CONTRATANTE** ou inobservância da **CONTRATADA** às obrigações convencionais ou legais decorrentes deste **CONTRATO**, não configurarão renúncia a direitos, nem implicarão em novação das obrigações assumidas, podendo a mesma ser exigida a qualquer tempo.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA:

15.1 - A **CONTRATADA** não poderá ceder ou transferir, no todo ou em parte, este **CONTRATO**, sem expressa e prévia anuência da **CONTRATANTE**.

15.2 - A **CONTRATADA** não poderá ceder ou dar em garantia, os créditos de qualquer título, decorrentes ou oriundos do presente **CONTRATO**, salvo autorização prévia por escrito da **CONTRATANTE**. Constará, obrigatoriamente, da autorização prévia, que a **CONTRATANTE** opõe ao cessionário as exceções que lhe competirem, mencionando-se expressamente que os pagamentos aos cessionários estão condicionados ao preenchimento pela cedente de todas as suas obrigações contratuais.

15.3 - A ocorrência da autorização prevista no item 15.2 acima não exime a **CONTRATADA** de quaisquer de suas responsabilidades contratuais.

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA MATRIZ DE RISCOS:

16.1 - Não há riscos associados a execução do **CONTRATO** que possam gerar impacto no seu equilíbrio econômico-financeiro, devido a previsão de fornecimento dos produtos em remessa única, no início da execução do **CONTRATO** e também da realização do pagamento do valor contratado em única parcela.

17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA GARANTIA CONTRATUAL:

17.1 - Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS PRÁTICAS DE COMPLIANCE:

18.1 - As Partes declaram conhecer e se obrigam a seguir as normas de prevenção à corrupção, incluindo a Lei nº 12.846/2013, o RILC da POTIGÁS e o **Código de Conduta e Integridade da POTIGÁS**, disponível no site da Companhia, (<https://www.potigas.com.br/governanca/2019/codigo-conduta.pdf>).

18.1.1 - Adicionalmente, as Partes se obrigam a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste **CONTRATO**, não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilícitamente.

19 - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS:

19.1 - Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas no **Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da POTIGÁS**, na Lei Federal nº **13.303/2016**, e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e normas e princípios gerais dos contratos.

20 - CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS ANEXOS:

20.1 - Os documentos que ficam anexados ao presente **CONTRATO**, assim enumerados:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II - PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS - PPU

21 - CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO:

20.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Natal/RN, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente **CONTRATO**, renunciando as partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais privilegiado que seja.

Assim, por estarem de comum acordo, a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** firmam este instrumento contratual, que reconhecem válido e eficaz, para um só fim, na presença de 02 (duas) testemunhas capazes e idôneas, que também assinam e dão cumprimento às exigências e formalidades legais.

Signatário(s) deste documento:

PELA CONTRATANTE	
Marina Melo Alves Siqueira Diretora Presidente	Taciana Danzi Oliveira Amaral Alves Diretora Administrativa e Financeira
PELA CONTRATADA	
Alexandre José Marques Responsável Legal CPF: 170.987.638-10	Edson Carlos Cabral Responsável Legal CPF: 151.819.398-64
TESTEMUNHAS	
Ricardo Wagner Guilhermino Pereira CPF: 595.822.274-00	Fábio Ronaldo Barbosa Vilar de Queiroz CPF: 032.770.294-09

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA (TR) - Nº 15898501

1 - DO OBJETO

1.1 - O presente termo de referência tem por objeto a contratação de empresa para fornecimento de licenças de *software* de infraestrutura, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

2 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3 - DO FUNDAMENTO LEGAL

4 - DO REGIME DE FORNECIMENTO

5 - DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

5.1 - O critério de julgamento das propostas comerciais no presente processo de contratação, será o de **MENOR PREÇO GLOBAL DO GRUPO/LOTE**.

6 - DOS QUANTITATIVOS E DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS PRODUTOS

6.1 - ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS DOS PRODUTOS:

6.1.1 - Será adquirida a seguinte quantidade de itens:

6.1.1.1 - GRUPO 1

ITEM	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	UNID. MED.	QUANT.
1	Windows Server 2022 Datacenter (16 Core License pack)	SKU DG7GMGF0D65N:0002 COM	Unid.	5
2	Windows Server 2022 Datacenter (2 Core License pack)	SKU DG7GMGF0D65N:0003 COM	Unid.	2
3	Windows Server 2022 Standard (16 Core License pack)	SKU DG7GMGF0D58K:0005 COM	Unid.	8
4	Windows Server 2022 User CAL	SKU DG7GMGF0D5VX:0007 COM	Unid.	100
5	SQL Server 2019 Standard (Server License)	SKU DG7GMGF0FKX9:0003 COM	Unid.	13
6	SQL Server 2019 Standard User CAL	SKU DG7GMGF0FKZW:0003 COM	Unid.	105
7	SQL Server 2019 Standard Device CAL	SKU DG7GMGF0FKZW:0002 COM	Unid.	105
8	Windows 10 Enterprise LTSC 2021 Upgrade	SKU DG7GMGF0D19L:0001 COM	Unid.	5

6.1.1.1.1 - As licenças de *software* que compõem os itens deste grupo deverão ser do tipo perpétuas e ofertadas na modalidade de Licenciamento por Volume, segundo os termos de licenciamento do desenvolvedor e respeitando os seguintes requisitos:

- a) Transferência de propriedade: a **CONTRATANTE** passará a ser a proprietária em definitivo das licenças no ato da compra;
- b) Pagamento único antecipado: a aquisição será realizada mediante parcela única, que contemplará a totalidade dos itens deste grupo, por meio de correspondente Autorização de Fornecimento, onde a **CONTRATANTE** pagará um preço único pelas licenças e em hipótese alguma haverá pagamentos futuros pelas mesmas licenças, não gerando qualquer tipo de obrigação futura para a **CONTRATANTE**;
- c) Licenças completas: as licenças a serem entregues deverão ser completas, não devendo pertencer a pacotes de regularização franqueados pelos desenvolvedores, tão pouco a programas OEM ou similares;
- d) O fornecedor das licenças deverá apresentar credenciamento fornecido pelo desenvolvedor que o habilite a comercializá-las ou, deverá figurar como revenda/parceiro no site deste (nos casos dos *softwares* especializados);
- e) As aquisições deverão obedecer a modalidade de Licenciamento por Volume, atendendo aos critérios deste Termo de Referência;
- f) As licenças não poderão fazer parte dos programas de licenciamento da Microsoft especificamente projetados para o governo e educacional, uma vez que a **CONTRATANTE** não se enquadra como “entidade qualificada”, de acordo com os critérios definidos pela Microsoft em seus termos de licenciamento;
- g) Cada unidade dos itens 1 e 3 deverá corresponder a um pacote com 16 licenças de núcleo de processador, enquanto que o item 2 deverá corresponder a um pacote de 2 licenças de núcleo de processador;
- h) Para os itens de 5, 6 e 7, **deverão ser ofertadas as versões/edições mais atuais do software**, liberadas oficialmente pelo desenvolvedor na data da apresentação da proposta comercial.

6.1.1.2 - GRUPO 2

ITEM	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	UNID. MED.	QUANT.
9	Veeam Backup Essentials Universal License (5Year Renewal Subsc. Upfront Public - 5pack)	Public Sector (P-ESSVUL-0I-SU5AR-00)	Unid.	6
10	Veeam Backup Essentials Universal License (5Year Subsc. Upfront Public - 5pack)	Public Sector (P-ESSVUL-0I-SU5YP-00)	Unid.	2

6.1.1.2.1 - As licenças de *software* que compõem os itens deste grupo deverão ser ofertadas em formato de assinatura (*subscription*), com validade de 5 (cinco) anos, e respeitando os seguintes requisitos:

- a) Pagamento único antecipado: a aquisição será realizada mediante parcela única, que contemplará a totalidade dos itens deste grupo, por meio de correspondente Autorização de Fornecimento, onde o **CONTRATANTE** pagará um preço único pelas licenças e em hipótese alguma haverá pagamentos futuros pelas mesmas licenças, antes do final do período de validade destas licenças, não gerando qualquer tipo de obrigação futura para o **CONTRATANTE**, no período de cobertura deste licenciamento;
- b) Licenças completas: as licenças a serem entregues não deverão pertencer a pacotes de regularização franqueados pelos desenvolvedores, tão pouco a programas OEM ou similares;
- c) O fornecedor das licenças deverá apresentar credenciamento fornecido pelo desenvolvedor que o habilite a comercializa-las ou, deverá figurar como revenda/parceiro no site deste (nos casos dos *softwares* especializados);
- d) As licenças deverão ser do tipo "*Public Sector*", de acordo com os critérios definidos pela Veeam Software em seus termos de licenciamento;
- e) Cada unidade contratada nos itens deste grupo deverá corresponder a um pacote com 5 licenças *universais* (VUL) do Veeam Backup Essentials;
- f) Dever incluir suporte, pelo período de validade das licenças, com as seguintes coberturas:
- I - Atendimento por telefone com disponibilidade 24 horas por dia, de segunda a domingo e tempos de resposta de 1 hora para o mais alto grau de gravidade e de 8 horas para o mais baixo grau de gravidade;
 - II - Atendimento por e-mail com disponibilidade 24 horas por dia, de segunda a domingo;
 - III - Suporte Web com disponibilidade 24 horas por dia, de segunda a domingo;
 - IV - Direito de atualização para novas releases.

6.1.2 - A **proposta comercial** apresentada pelo proponente **deverá informar o Part Number (PN/SKU)** de cada produto ofertado e apresentar seus valores expressos em REAIS (R\$), com todos os impostos inclusos (considerando o seu faturamento como Serviço).

6.1.3 - O(s) contrato(s) de licenciamento do desenvolvedor deve(m) ser associado(s) à conta ti@potigas.com.br.

7 - DA FORMA DE FORNECIMENTO E GARANTIA DO OBJETO

7.1 – PRAZO DE ENTREGA:

7.1.1 - O prazo de entrega dos produtos, relativos a cada Autorização de Fornecimento (AF), emitida pela **CONTRATANTE**, será de no máximo **15 (quinze) dias corridos**, contados da data do recebimento da AF correspondente, pela **CONTRATADA**, exclusivamente por meio eletrônico através do endereço de e-mail informado pela **CONTRATADA** nos autos do referido processo.

7.2 – FORMA DE ENTREGA:

7.2.1 - A entrega das licenças deverá se dar necessariamente em formato digital, encaminhadas em anexo ou em *link de download* através de e-mail enviado para o endereço eletrônico ti@potigas.com.br, devendo o objeto ser conferido e atestado pela **FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE**, conforme condições definidas no Item 7.3.

7.3 – CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO:

7.3.1 - O recebimento e aceitação dos produtos pela **CONTRATANTE** não exclui a responsabilidade civil da **CONTRATADA**, por vícios de execução ou desconformidade com as especificações estabelecidas no **CONTRATO** e em seus anexos, bem como na proposta comercial da **CONTRATADA**, posteriormente verificados.

7.3.1.1 - Os produtos serão recebidos provisoriamente pela FISCALIZAÇÃO do CONTRATO no prazo de **2 (dois) dias úteis**, contados do primeiro dia útil imediatamente posterior à suas entregas e à entrega das respectivas Notas Fiscais de Serviços pela CONTRATADA, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.3.1.1.1 - O recebimento provisório dos produtos consiste na identificação e conferência dos *softwares*, mediante verificação do funcionamento do acesso ao site indicado para o *download* dos produtos ou da constatação de recebimento de *e-mail* contendo as licenças, em conjunto com a respectivo documento de Nota Fiscal de Serviços comprobatório do fornecimento dos produtos licenciados.

7.3.1.2 - Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **10 (dez) dias corridos**, a contar da notificação da **CONTRATADA**, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3.1.2.1 - À **CONTRATANTE** não caberá qualquer ônus pela rejeição de produtos considerados inadequados pela FISCALIZAÇÃO

7.3.1.3 - A **CONTRATANTE** não atestará o recebimento de qualquer objeto desta contratação que não esteja acompanhado do respectivo documento fiscal, na sua forma eletrônica, devendo a **CONTRATADA**, quando da entrega dos produtos objeto do **CONTRATO**, enviar cópia da NFS-e (Nota Fiscal de Serviços Eletrônica) para o endereço eletrônico **ti@potigas.com.br**.

7.3.1.4 - Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de **3 (três) dias úteis**, contados do primeiro dia útil imediatamente posterior à entrega do respectivo Termo de Recebimento Provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade dos produtos com a proposta e consequente aceitação mediante termo circunstanciado, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas e, consequentemente, a aceitação das Notas Fiscais de Serviços pela FISCALIZAÇÃO da **CONTRATANTE**, devendo haver rejeição no caso de desconformidade.

7.3.1.4.1 - O recebimento definitivo dos produtos consiste na verificação do registro dos *softwares* no site do desenvolvedor, sob a titularidade da **CONTRATANTE** ou da verificação da autenticidade das chaves de licença fornecidas e do efetivo *download* de todas as mídias e chaves de instalação dos *softwares* objeto da aquisição.

7.3.1.4.2 - Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.3.1.5 - As Notas Fiscais de Serviços, emitidas pela **CONTRATADA**, deverão referenciar o **SKU/PN** das licenças, assim como as informações exigidas no item 9.1.3 deste documento.

7.3.1.6 - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do **CONTRATO**.

7.3.1.7 – As comunicações, pedidos de informações e/ou esclarecimentos entre as partes contratantes far-se-ão sempre por intermédio de correspondências ou mensagens eletrônicas (e-mails) entre os seus prepostos.

7.4 – PRAZO DE GARANTIA DO OBJETO:

7.4.1 - O prazo de garantia contra vícios, erros ou falhas decorrentes do funcionamento do *software* deve corresponder ao ciclo de vida determinada pelo desenvolvedor para cada produto objeto do **CONTRATO**

8 - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9 - DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO

10 - DA VIGÊNCIA

11 - DO REAJUSTE DOS PREÇOS

11.1 - Os preços contratados serão fixos e irreajustáveis.

12 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13 - DOS PAPEIS DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

13 - DOS PAPEIS DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

13.3 - O **GESTOR** e os respectivos **FISCAIS** ficam designados mediante Portaria emitida pela Diretoria Executiva da POTIGÁS ou no respectivo contrato, conforme atribuições descritas no presente documento e no **CAPÍTULO VIII do RILC da POTIGÁS**, bem como na Instrução de Trabalho da Companhia IT-001-23-0.

14 - DA MATRIZ DE RISCOS

14.1 - Não há riscos associados a execução do **CONTRATO** que possam gerar impacto no seu equilíbrio econômico-financeiro, devido a previsão de fornecimento dos produtos em remessa única, no início da execução do **CONTRATO** e também da realização do pagamento do valor contratado em única parcela.

15 - DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS

15.1 - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

15.1.1 - O fornecedor detentor da melhor proposta ou lance deverá apresentar antes da assinatura do respectivo instrumento contratual hábil, sob pena de desclassificação do presente processo de contratação, os seguintes documentos, para fins de habilitação:

15.1.2 - A contratação poderá ser realizada pela **POTIGÁS** com a empresa VENCEDORA do processo de cotação, mesmo sem esta última ter apresentado toda a documentação relativa à habilitação, conforme permite o **Parágrafo 4º e 5º do artigo 124 do RILC DA POTIGÁS**, que poderá dispensar, no todo ou em parte, os documentos de habilitação, com exceção da Prova de Regularidade perante a Fazenda Federal abrangendo as contribuições sociais (INSS) que deverá ser apresentada, nos casos de fornecimento de bens de PRONTA ENTREGA, cujos respectivos prazos de entrega e de vigência contratual são de **até 30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da data de assinatura do respectivo contrato.

ANEXO II - PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS - PPU

CONTRATADA: NEXER ENTERPRISE APPLICATIONS - SERVICOS DE SUPORTE LTDA

CNPJ: 13.695.989/0001-47

Item	Descrição dos Materiais	Unid.	Quant.	PROponente - NEXER ENTERPRISE APPLICATIONS - SERVICOS DE SUPORTE LTDA	
				Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Windows Server pack) - SKU DG7GMGF0D65N:0002 COM	Unid.	5	43.508,87	217.544,34
2	Windows Server ack) - SKU DG7GMGF0D65N:0003 COM	Unid.	2	5.441,69	10.883,38
3	Windows Server ck) - SKU DG7GMGF0D5RK:0005 COM	Unid.	8	7.554,87	60.438,93
4	Windows Server 5VX:0007 COM	Unid.	100	325,02	32.502,12
5	SQL Server 2019 7GMGF0FKX9:0003 COM	Unid.	13	6.345,96	82.497,48
6	SQL Server 2019 F0FKZW:0003 COM	Unid.	105	1.477,08	155.093,06
7	SQL Server 2019 IGF0FKZW:0002 COM	Unid.	105	1.477,08	155.093,06
8	Windows 10 Ent G7GMGF0D19L:0001 COM	Unid.	5	2.084,21	10.421,06
VALOR TOTAL (R\$)				R\$	724.473,43

Referência: Processo nº 05310008.003206/2022-18

SEI nº 17620204



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Wagner Guilherme Pereira**, Gerente Administrativo e de Suprimentos, em 13/12/2022, às 15:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Ronaldo Barbosa Vilar de Queiroz**, Gerente de Tecnologia da Informação, em 14/12/2022, às 10:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marina Melo Alves Siqueira**, Diretora-Presidente, em 14/12/2022, às 11:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Taciana Danzi Oliveira Amaral Alves**, Diretora Administrativa e Financeira e Diretora Técnica e Comercial, em 15/12/2022, às 10:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Jose Marques**, Usuário Externo, em 19/12/2022, às 15:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **EDSON CARLOS CABRAL**, Usuário Externo, em 19/12/2022, às 18:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **17620204** e o código CRC **AC96A47A**.